

Oposição entra na Justiça contra voto secreto

Vereadores querem mudar sistema para que votação do processo de impeachment contra Celso Pitta (PTN) seja aberta; governistas dizem que trata-se de estratégia para prejudicar o prefeito

ROGÉRIO PANDA
e MARCUS LOPES

Vereadores da oposição declararam que irão entrar na Justiça com mandado de segurança, com pedido de liminar, ou ação de declaração de inconstitucionalidade contra o voto secreto na Câmara Municipal de São Paulo.

A medida consiste em desarticular os vereadores da base governista na votação do impeachment contra o prefeito Celso Pitta (PTN), que está sendo investigado pela Comissão Processante.

“Vamos ver qual medida será mais eficiente e rápida”, disse o vereador Aurélio Nomura (PSDB).

“É um absurdo existir o voto secreto, temos de alterar isso e evitar possíveis manobras dos governistas.” Hoje, os vereadores opositores vão protocolar o projeto da bancada do PSDB que acaba com o voto secreto. Para o projeto ser aprovado, será necessário fazer mudanças na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara Municipal. Além disso, será convocada uma comissão para analisar a proposta, que deve ser votada dentro de 30 dias.

“Assim conseguiremos mudar esse tipo de voto antes da votação do impeachment do prefeito Celso Pitta”, declarou Nomura. Opinião semelhante tem o líder

do PT na Câmara, José Eduardo Martins Cardozo.

“O cidadão tem o direito de saber o voto do seu parlamentar”, disse.

Outra hipótese para defesa do voto aberto é que os vereadores solicitem mandado de segurança para que possam votar nominalmente em processos de impeachment. A estratégia é constranger publicamente aqueles que fossem contra a manobra jurídica e em defesa do voto secreto.

Além de Maria Helena, o vereador José Izar (PST) também foi absolvido na Câmara pelo voto secreto. Na ocasião, ele declarou que tinha “35 amigos na Casa”.

PROPOSTA
DEVE SER
VOTADA EM
30 DIAS

Situação – O vereador da base governista Wadih Mutran (PPB) disse ontem que a ação da oposição

não passa de mais uma estratégia para prejudicar o Pitta. “Eles já estavam preparados e tinham a papelada pronta para questionar a votação (e entrar na Justiça)”, disse.

Mutran acredita que, como estratégia, alguns vereadores da oposição chegaram a votar pela inocência da vereadora Maria Helena para que o voto secreto fosse questionado e assim eles pudessem entrar na Justiça e ter a votação aberta na Comissão Processante que investiga Pitta.

“Esse resultado já era esperado”, afirmou. “É pura estratégia.”